



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2011

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE. -----

-----Aos trinta dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário a Senhora Ana Rita Lopes Inácio e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 15 de Setembro de 2011, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, n.º5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

-----Ponto Quatro - Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, n.º8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

-----Ponto Cinco - Derrama para o ano de 2012; -----

-----Ponto Seis - Pedido de autorização para fixação da participação no IRS para o ano de 2012; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ponto Sete - Pedido de aprovação do Regulamento Municipal de Esplanadas e Quiosques; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----

-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----

-----Inocência Rodrigues Cruz; -----

-----Adriano Milho Cordeiro; -----

-----António Maria Constantino; -----

-----Manuel João da Rosa Pedro da Silva; -----

-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----

-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----

-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

-----António da Silva Pereira; -----

-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----

-----Anabela da Conceição Almeida Quintanilha; -----

-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----

-----João Filipe Ricardo; -----

-----Carlos Miguel Timóteo Pires. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida tomou posse a Deputada Municipal Anabela da Conceição Almeida Quintanilha substituindo o Senhor Deputado Municipal Eduardo Cristovão Gil de Oliveira que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD. -----

----- De seguida tomou posse o Deputado Municipal Adriano Milho Cordeiro substituindo o Senhor Deputado Municipal Aníbal Júlio Rodrigues que solicitou renúncia ao mandato, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS. -----

-----//----

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Eng^o Jorge Mariques, funcionário do Município e pelo falecimento de Maria dos Anjos Mateus Passos, mãe do Senhor Deputado da Assembleia Municipal Paulo Passos; -----

-----//----

----- **EXPEDIENTE** -----

De seguida questionou os Senhores Deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que foi aprovado na reunião da Assembleia Distrital o início das obras de recuperação da Colónia Balnear de férias da Nazaré; -----

----- **ACTAS** -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 3, da reunião de 30 de Junho de 2011, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

-----**Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 3/2011 da reunião realizada a 30 de Junho de 2011. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 1 abstenção do Senhor Deputado Valter Caldeira;** -----

O Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados que apresentaram as seguintes declarações: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** apresentou uma declaração política; **(vide anexo 2)** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma declaração política sobre “O Lugar que nos compete”; **(vide anexo 3)** -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório** apresentou uma proposta de Moção sobre o assunto “Portagens na A23/IC3”; **(vide anexo 4)**-----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** propôs a admissibilidade da Moção esta foi aprovada por unanimidade com 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal António da Silva Pereira do PSD; -----

Posta a discussão a Moção inscreveram-se os seguintes Deputados: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** informou que não está contra nem a favor da Moção, simplesmente não houve tempo para a analisar. Mais informou que mesma contradiz um pouco a Moção apresentada em anterior sessão da Assembleia Municipal; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** solicitou que a sua intervenção fosse suprimida pelo facto de não traduzir correctamente; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para referir a Moção e que esta tem a ver com uma coisa simples é que há duas saídas para Atalaia, uma tem portagem e a outra não. Pois se se entrar para Atalaia pelo lado sul não se paga, se for para a zona industrial já se paga portagem porque logo a seguir tem pórtico; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** informou que tinha intenção de trazer a Assembleia a discussão desta situação pois é incontornável esta política que se vai desenhando nas localidades do Médio Tejo, pois fomos presenteados com um presente envenenado com as autoestradas e vias fornecidas nos últimos anos. O pagamento de portagens nestas vias veio acarretar um acréscimo da circulação rodoviária dentro das localidades e com a consequente perda da qualidade de vida e repercussão da segurança inclusivamente para os cidadãos que nelas circulam. Um outro problema vai ser o aumento dos custos de manutenção das vias que ficam a cargo dos Município. Mencionou que passa no IC3 diariamente e é com estranheza como o processo é feito sem comunicação e informação. Por último referiu que os portugueses trabalham de Janeiro a Maio para pagar impostos e de Junho a Agosto para pagar rendas, que nada contribuirão para a qualidade de vida da população; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** mencionou na sua intervenção que é contra as portagens, defende que as populações locais devem de estar isentas na sua zona de utilização. Referiu que estranha a intervenção do Senhor Paulo Constantino, que pelo que parece a culpa da colocação dos pórticos é do actual Governo e fica estupefacto porque este mesmo Deputado assim como o Senhor Presidente da Assembleia estiveram presentes na Assembleia Intermunicipal em que o Presidente da mesma dizia que o interesse é tentar “cozinhar” da melhor maneira para ninguém seja prejudicado. Referiu de igual modo, que todos já deviam saber da colocação dos pórticos à anos porque estes não foram projectados em 90 dias (tomada de posse do actual Governo), pois no anterior Governo já se andavam a executar as valas para colocação de tubagens das instalações; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** na sua intervenção referiu o seguinte: -----

- Que não há o mínimo respeito pelo cidadão e pelas entidades com a colocação das portagens. Referiu que há algumas câmaras que se desmarcaram da posição e outras nem se pronunciaram. Com o desvio que irá ser feito pelas localidades as vias sofrerão algum desgaste e o dinheiro que a Câmara está a gastar na reabilitação da exEN3, daqui a uns anos voltará a fazer o mesmo. Informou que esta proposta foi à Assembleia da República e vergonhosamente nenhum Deputado do distrito, nem do PS, nem do PSD, votou contra a colocação das portagens e que era bom que esses Deputados fossem chamados a atenção e deixassem jogar com os interesses das pessoas e de uma vez por todas decidirem se querem ou não defender os interesses das populações; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** solicitou a palavra para expor o seguinte: -----

- Que o PS sempre teve a iniciativa de apresentar todas as moções fosse qual fosse o Governo e continuará a apresentar desde que seja para o interesse do Município de Vila Nova da Barquinha e da sua população; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** mencionou que as SCUT'S sempre tiveram a finalidade de serem pagas pelos utentes com a condição de passarem a ser pagas pelos utentes quando houvesse alternativas. O problema



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se debate é se há ou não alternativas. O problema que se está a discutir é que desde o nó de Torres Novas até Abrantes o que foi construído foi IP6, não foi uma SCUT, como a estrada para Tomar é um IC3, o que não tem nada a ver com SCUT's. Mencionou que votará a favor da Moção pois estão a tributar algo que já se pagou, pois os IP e IC pertenciam às Estradas de Portugal; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia Municipal do seguinte: -----

- Informou que todos os Presidentes da Câmara do Médio Tejo tiveram reuniões com o Secretário de Estado das Obras Públicas quer em conjunto quer particular e jamais foi falado as colocação de portagen na IC3. Se as portagens têm acontecido em Maio como estava previsto, só não aconteceu devido a queda do Governo, seria só para a A23 e não na IC3. O IC3 nunca foi falado e que o próprio Presidente da Câmara de Tomar disse que até à iniciação dos trabalhos não tinha conhecimento da colocação de portagens e o seu conhecimento foi através de conversa com o empreiteiro ASCENDI da qual está concessionada a IC3. Referiu que há uma gravidade extrema para o concelho porque o primeiro pórtico, a não ser que seja para descontar o que se pagou a mais na A23, é ridículo; -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados exposeram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** mencionou que a intervenção do Senhor Presidente vem ao encontro do que se debateu na Comunidade Intermunicipal. Afirmou que os pórticos estão lá porque já foram projectados com anos de antecedência, pois no tempo do antigo primeiro Ministro, José Sócrates já as valas andavam a ser construídas. Isto foi um acordo entre o Partido Socialista e Partido Social Democrata; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** mencionou que a concessão do nó da Atalaia até Coimbra está concessionado à ASCENDI por 30 anos, sendo esta uma participada da MOTA-ENGIL. Por último referiu que teme que se esteja a duplicar uma autoestrada ao lado A1; -----

Colocada a aprovação a referida Moção esta foi aprovada por maioria com uma abstenção do Senhor Deputado Municipal António Pereira do PSD, enviar para o Senhor Primeiro Ministro, Senhor Ministro da Economia e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Emprego e Grupos Parlamentares; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** apresentou uma declaração de voto sobre a sua abstenção à Moção referida;-----

- Informou que se absteve pelo facto de ninguém saber bem o que está a acontecer pois segundo a intervenção do Senhor Presidente ficou convencido que há muitas dúvidas sobre os referidos pórticos; -----

----- **Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não houve inscrições por parte do Público;** -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para a intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= A Senhora Deputada **Ana Rita Inácio** referiu o seguinte assunto: -----

- Que algumas semanas atrás foi contactada por uma empresa de arqueólogos a qual esteve durante alguns dias a fazer um levantamento de ocorrências patrimoniais nas margens do Rio Zêzere. Ficou um pouco espantada, pois no final do ano 2010 foram efectuados 4 estudos de mini hídricas à Soares da Costa onde está contemplada uma mini hídrica no Rio Zêzere, que será entre uma curva acentuada que o Rio Zêzere tem e a ponte de Constância. Em relação ao estudo e projecto nada encontrou até a data. Sendo assim, questionou o executivo camarário se tem conhecimento da construção desta mini hídrica e qual a sua posição. Não se sabe a quota da mini hídrica e chamou a atenção para alguns aspectos tais como: O Rio Zêzere é um dos rios mais procurados para a prática desportiva, canoagem, que levará a perda do turismo para a região, desaparecerá património arqueológico importantíssimo da região ainda por estudar. Por último mencionou que se continuará a travar tanto o curso da água o Castelo de Almourol deixará de estar numa ilha mas sim numa península; -----

= A Senhora Deputada **Anabela Quintanilha** na sua intervenção mencionou o Serviço de Medição Familiar Pública. Referiu que é uma situação de utilidade pública e que abrange todos os distritos do país. É um sistema que existe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desde 2007 e nunca Vila Nova da Barquinha se interessou por tal e nunca ninguém tinha requisitado tal serviço. Informou que recentemente um casal do concelho requisitou o serviço, foi contactado o Ministério da Justiça em Lisboa, foram feitas as diligências necessárias e existindo uma casal interessado no concelho era de todo interesse que fosse implantado o referido Serviço uma vez que começa a ser solicitado por pessoas do concelho. Informou que para o Serviço solicitado pelo casal foi utilizada a sala da Junta de Freguesia de Moita do Norte, mas era de todo o interesse que o Município cria-se um espaço próprio e adequado; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** informou e solicitou esclarecimentos nos seguintes assuntos: -----

- Deu conhecimento que a CDU enviou à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo um pedido de convocação de reunião extraordinária cujo assunto é a análise aprofundada da acessibilidade dos cidadãos residentes no Médio Tejo aos cuidados de Saúde. Há uma grande preocupação que são cada vez mais os cidadãos sem médico, há cortes nos custos com o pessoal que estão a contribuir para que situação pior, restrição na contratação de prestação de serviços, a preocupação no encerramento de extensões de saúde, a concentração de exames de diagnósticos nos hospitais, o encerramento de urgências no Hospital de Torres Novas e Tomar e juntando a isto a colocação das portagens que vai agravar o deslocamento das pessoas para os serviços de saúde; -----

- Qual o ponto de situação dos CTT, a distribuição continua a ser feita erradamente; -----

- Qual o ponto de situação do Posto de Correio da Praia do Ribatejo; -----

- Se a situação dos transportes escolares na Freguesia da Praia do Ribatejo está resolvida; -----

- Qual o ponto de situação da urbanização junto à Capela do Roque Amador que está ao abandono e que se está a degradar o investimento já efectuado; ---

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** debateu os seguintes assuntos: -----

- Para quando a Loja Social e se há algum estudo para ocupação das escolas desactivadas; -----

- Qual a razão de na ex EN3 fazerem os muros só a algumas pessoas; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Solicitou que fosse feito através do órgãos da Câmara, Barquinha Viva, Internet, solicitações à população para que deitem o lixo dentro dos contentores, pois cada vez mais são aquelas que deixam os sacos no chão; ----

- Se o contentor / ecoponto do vidro junto á escola nova é para continuar lá colocado; -----

- A sinalização da A23 e IC3 na Rotunda grande não é adequada e é enganadora, pois há pessoas que andam perdidas no Cardal à procura das saídas; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu os seguintes assuntos: -----

- Em relação ao pavilhão ficou esclarecido com a explicação do Senhor Presidente, embora não concorde. Relativamente á piscina continua a preocupá-lo, pois não está a ter o aproveitamento adequado; -----

- Referiu a troca de galhardetes entre os dois partidos, PSD e PS e de quem é a responsabilidade da actual situação do país; -----

Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- **Construção de Mini Hídrica no Zêzere**, a Câmara não tem nenhum conhecimento oficial da intenção, informou que tem tido diversos contactos com a ARH Tejo sobre o problema da falta de água, nomeadamente junto ao Castelo de Almourol e nas conversas com o Senhor Engº Lacerda, Presidente da ARH Tejo foi referido que havia a intenção de se criarem novos açudes através das mini hídricas. No caso do Rio Tejo se fosse possível haver alguns a jusante do Castelo de Almourol um açude que permiti-se que houvesse um plano de água que beneficiasse o Castelo e a baixa de Constância seria algo que se podia estudar. Informou que quando for aprovado o Orçamento de Estado serão também conhecidos uma nova política do que são os incentivos para as renováveis. Informou que no dia 06 de Outubro irá ter uma reunião e terá a oportunidade de obter mais alguns elementos; -----

- **Medição Familiar**, a Junta de Freguesia de Moita do Norte tem boas instalações para o funcionamento desse serviço e muita divulgação poderá ser entendido por alguns como uma promoção do divórcio; -----

- **Correios**, em relação ao posto de correios da Praia do Ribatejo não tem informação nova; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Transportes na Praia do Ribatejo**, para as escolas da Barquinha, foi detectado que as carreiras da Rodoviária Tejo, que funcionam em período escolar, transportavam excesso de crianças, fazendo o percurso muitas delas em pé, mas foi uma situação que foi logo resolucionaada com a Rodoviária; -----

- **Loja Social**, a Câmara assumiu a opção de fazer a Loja Social no edifício do Centro Cultural, nas instalações da Biblioteca Infantil uma vez que a Escola Pré-Primária da Barquinha ainda não mudou as suas instalações para a antiga escola EB1. O que acontece que a antiga escola EB1 necessita de obras e após abertura de concurso este mesmo ficou deserto, daí a situação ainda não estar resolvida; -----

- **Muros de suporte da EN3**, os muros que foram feitos eram os que estavam previstos na própria empreitada. O critério que se assumiu foi a reconstrução daqueles em que se teve um ganho de terreno para o espaço público; -----

- **Lixo**, mencionou que as vezes começa a perder a esperança, pois tem a ver com a educação de cada um. A Câmara tem feito muitos projectos nesse âmbito, como o teatro feito no dia 10 de Junho em que todas as escolas participaram e é aí por onde tem de se começar, pois um adulto sabe perfeitamente que não está a proceder bem; -----

- **Sinalização da IC3 e A23**, reconhece que a sinalização é muito deficiente. A nova já foi aprovada em reunião de Câmara e será um assunto conluído nas próximas semanas; -----

- **Declarações políticas**, em relação a este assunto mencionou as declarações efectuadas pelos partidos políticos, assim como a declaração do Senhor Deputado António Pereira, que no seu ponto de vista o Deputado está de acordo com a actual situação da região Autónoma da Madeira; -----

Dada novamente a palavra aos senhores deputados exposeram o seguinte:

= O Senhor deputado **João Filipe Ricardo** solicitou novamente esclarecimentos sobre os Correios e sobre a Urbanização do Roque Amador; De qual modo, mencionou que não é defensor do João Alberto Jardim mas a convivência com o Presidente João Alberto Jardim tem sido feita com todos os governos desde o 25 de Abril e que o Governo do PS, através do Engº António Guterres, quando foi altura da negociação da Lei das Finanças Locais a troco dos votos da Região Autónoma da Madeira perdoou uma dívida à Madeira; ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **António Pereira** referiu que não defende o Presidente José Alberto Jardim, simplesmente houve alguém no continente que fez igual a ele, que não declarasse as dívidas das empresas do BPN e nada aconteceu;--

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente informou o Senhor Deputado João Filipe Ricardo do seguinte: -----

- **Urbanização Roque Amador**, o investimento e tudo o que está feito não foi feito pela Câmara Municipal. O que se passa é que não foram concluídas as infraestruturas nomeadamente eléctricas, é uma empreitada com vários processos judiciais, em que a Câmara não é parte directa, daí não poder ser licenciada; -----

Dada a palavra ao Senhor Manuel João Silva, Presidente da Junta da Praia do Ribatejo, esclareceu a Assembleia Municipal sobre o posto dos CTT na Freguesia da Praia do Ribatejo; -----

O Senhor Deputado Manuel João Silva, Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo leu a deliberação da reunião da Junta assim como a carta resposta dos CTT; **(vide anexo 5)** -----

Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 6)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** realçou os seguintes assuntos: -----

- Em relação aos transportes escolares referiu a situação passada na Freguesia da Praia do Ribatejo que não foi assim tão simples, pois teve a intervenção da GNR; -----

- Questionou quando e onde foram os concursos da qual a empresa Hobbyvida foi seleccionada; -----

- Em relação às escolas do 1º ciclo do concelho, do qual ficaram desactivadas questionou se existem algum projecto de cariz social para cada uma delas; ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Para quando, se sim ou não, o encerramento da escola da Praia do Ribatejo;
- Por último questionou se o Centro Escolar já está a funcionar em pleno ou só parte das instalações; -----

= O Senhor Deputado **Manuel João Silva** questionou para quando a resolução dos seguintes assuntos: saneamento na Freguesia da Praia do Ribatejo, do Parque Infantil e do Edifício da Junta da Freguesia; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** questionou a que se deve a documentação dos ROC'S uma vez que não teve tempo de analisar; -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Deputado que é o relatório semestral do Revisor Oficial de Contas e que só foi entregue no próprio dia pelo facto de ter só recebido no dia antes; -----

Dada novamente a palavra o Senhor Deputado António Pereira referiu que o relatório sofreu melhorias e já se fica com uma ideia da situação do Município. Em relação ao endividamento referiu que é uma situação que o preocupa muito, pois está mencionado no relatório que já foram ultrapassados os limites de endividamento de médio e longo prazo; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** expôs os seguintes assuntos: -----

- Questionou qual o futuro do ensino secundário em Vila Nova da Barquinha e se as ofertas educativas existentes são boas para manter os alunos no concelho; -----

- Em relação ao relatório referiu que a situação não é animadora, refere uma situação problemática, objectivos de impossibilidade de contenção de endividamento municipal dentro dos limites previstos; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** felicitou o executivo camarário pelo esforço que fez para colocar em funcionamento a escola no devido tempo, quer o Centro Escolar, quer a escola D. Maria II. Relativamente ao Centro Escolar solicitou que os acessos fossem melhorados, pois a situação torna-se complicada quando é a entrada e saída dos alunos na escola; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** felicitou o executivo camarário pelo projecto que foi escolhido, pois na altura levantou algumas críticas mas agora que está quase concluído é uma obra de grande qualidade. Não tem dúvidas que depois da sua conclusão vai ser uma obra de excelência e bonita, por outro lado, mencionou que as acessibilidades para quem tem de levar e trazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crianças torna-se complicado; -----

- Em relação à Escola D. Maria II referiu que é mais uma escola e ficou um pouco decepcionado pois é uma escola pobre; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- **Oleões**, está situado junto à pré-primária da Atalaia e numa segunda fase é que irá para junto da Creche e Centro de Dia da Atalaia; -----

- **Transportes Escolares**, nem tudo o que vem nos jornais é verdade, pois a notícia deu-se no jornal passado três dias da abertura do Ano Escolar e a situação foi logo resolucionaada antes da publicação da referida notícia; -----

- **EB1 Praia do Ribatejo**, o que está na Carta Educativa é manter-se a escola, sendo que o 2º e 3º ciclo já estão em Vila Nova da Barquinha; -----

- **Centro Escolar**, o que não está disponível, cerca de 20% da área útil, é o Centro Integrado de Educação e Ciências, espaço autónomo da escola. Em relação aos maus acessos deve-se também ao facto de a obra não estar completamente concluída; -----

- **Escolas devolutas no concelho**, ainda não existe deliberações com excepção à EB1 de Vila Nova da Barquinha em que irá ser feita a adaptação a Jardim de Infância. A escola da Atalaia há um concenso generalizado com a Junta da Freguesia de se criar um centro cívico, projecto candidatado no âmbito do PRODER. A escola de Moita do Norte e Cardal há intenção da Junta de Freguesia na criação de um Núcleo Museológico, uma outra intenção é a criação de uma Universidade Sénior derivado á sua centralidade. A escola da Praia do Ribatejo há a intenção do Agrupamento e em função dos seus equipamentos que a mesma se transforme num Núcleo Museológico Escolar. Em relação ás Limeiras não há decisão; -----

Exército e resolução da Etar, a construção da Etar é um investimento urgente e em vez de se fazer a duplicação de Etar, irá ser construída uma que sirva a Freguesia da Praia do Ribatejo e as Unidades Militares, daí a intervenção do Exército na assunto; -----

- **Candidaturas**, já há uma primeira decisão por parte da entidade gestora do PRODER da região, a ADIRN. Do vasto conjunto de projectos que foi solicitado o Interesse Público que era importante para a sua admissibilidade há dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projectos que estão aprovados, embora a deliberação não esteja ainda consolidada e caso não haja reclamações ou recursos irá produzir efeitos. Os projectos são a criação de um espaço de lazer na Praia do Ribatejo, espaço da Boucinha e o Albergue da Juventude e Centro de Convívio que irá ser na EB1 de Tancos. Muitos dos outros projectos tiveram parecer favorável só que não tem dotação orçamental para todos; -----

- **Endividamento**, deve-se aos investimentos que estão em curso e ao não recebimento das participações relativamente aos mesmos. É uma questão momentânea e a Câmara tudo fará para que no final do ano possa estar dentro dos limites o que para isso é necessário receber todas as participações; ---

- **Escola Secundária**, não foi obra do Parque Escolar, mas sim da Câmara Municipal que já tinha sido acordado com a DREL à bastante tempo, do qual começou por ser um projecto de reabilitação da antiga escola e do qual foi fundamentado que os custos da Reabilitação seriam pouco inferiores a construir uma nova. Houve um protocolo com o Ministério da Educação que numa primeira fase tinha previsto a transferência de 3 milhões e meio de euros, do qual só foi transferido até ao momento 1.300 mil euros. A obra ronda os 4 milhões de euros e foi celebrado uma Adenda da qual foi remetido para os Fundos Comunitários. Neste momento a Câmara aguarda decisão do Mais Centro de Coimbra; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou se o protocolo referido foi o que foi assinado pela Dr^a Maria Lurdes Rodrigues, do anterior governo e se com o actual governo ficou sem efeito. Obteve como resposta do **Senhor Presidente da Câmara** que face a situação actual do país o Governo remeteu para os fundos comunitários, tendo o Governo a vantagem de pagar apenas 20% em vez de 100%; -----

- Em relação à empresa que gere as actividades extra curriculares informou que o contrato é renovável ano após ano; -----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que se fez pelo período de 10 minutos. -----

-----////-----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que os pontos 3, 4, 5 e 6 fossem analisados em simultâneo mas com votações distintas. Foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovado por unanimidade; -----

-----/---/-----

Ponto Três – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, n.º5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); ----Ponto Quatro – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, n.º8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

Ponto Cinco – Derrama para o ano de 2012; -----

Ponto Seis – Pedido de autorização para Fixação da Participação no IRS para o ano de 2012; -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente para que fez uma breve explicação dos 4 pontos; -----

- Em relação ao **ponto n.º3** mencionou que a taxa é a mesma de anos anteriores, mantém-se a taxa máxima para os imóveis que não estão avaliados de acordo com o novo código e que tem valores patrimoniais baixos. Informou que a Câmara está a aplicar a taxa mais baixa da sub região, está abaixo cerca de 20% da taxa máxima legal. O aumento da receita deriva do alargamento da base tributária, ou seja, a Câmara teve um período entre 1999 e 2005 de muita construção que agora estão a concluir a isenção, daí a receita ter aumentado; -----

- Relativamente ao **ponto n.º4** trata-se de um acto simbólico pelos proprietários terem os seus imóveis degradados, trata-se de agravamento sobre bases tributárias baixas. Mencionou que o motivo da proposta não é um aumento da receita mas apenas para penalizar os prédios degradados; -----

- Quanto ao **ponto n.º5** e tendo em conta o contexto económico actual a opção do Município pelo segundo ano é de não aplicar a Derrama por um lado porque se está a falar de uma receita baixa, sobre os lucros da empresa e não faria sentido a sua aplicação; -----

- Por último em relação ao **ponto n.º6** a Câmara mantém sobre o que é a receita, 5% do IRS, abdicando 10% desse valor em favor dos Municípes do concelho; -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados questionaram o executivo camarário do seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **António Pereira** salientou que os dados fornecidos são todos iguais ao ano ano passado, não houve qualquer alteração. Propôs que a Câmara tendo os elementos poderia por a exposição, ou seja, discriminar o valor dos prédios dos avaliados e não avaliados. Salientou que o Município podia dar um uma ajuda este ano aos construtores principalmente dos prédios que estão feitos e não conseguem vender. Em relação ao ponto 3 informou que não votará contra. Em relação ao ponto 4, a Majoração das Taxas, mencionou que esta taxa é um castigo as pessoas e que se as coisas estão complicadas mais complicadas ficarão; -----

- Quanto à Derrama votará a favor pois é um incentivo para as empresas não agravar a situação; -----

- Em relação à Taxa do IRS concorda, pois é uma atenção que a Câmara tem para com os Municípes; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** salientou as palavras do Senhor Deputado António Pereira em relação a informação que poderia ser dada relativamente à estrutura do tipo de receita, para perceber o que é avaliado, em que condições e o que representa cada uma das parcelas. Informou que era intenção da bancada da CDU votar favoravelmente, pois compreendem o momento em que a Câmara vive em relação às receitas, pois a Câmara não tem uma capacidade de gerar receitas tão grandes, no entanto, não votarão favoravelmente pois na sua opinião há uma falta de equidade em relação à não aplicação da Derrama, pois a ideia de dar um incentivo à economia local pela não a aplicação não é uma ideia concensual. Na sua opinião as empresas também deveriam contribuir para o esforço do Município; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** na sua intervenção mencionou que está de acordo com algumas das intervenções do Senhor Deputado Carlos Timóteo e António Pereira. Referiu que tal como no Governo Central também a Câmara quando precisa de dinheiro volta-se para os contribuintes. Em relação à não aplicação da Derrama não concorda com o Senhor Presidente, pois não aplicar às empresas, por causa do contexto económico, e aplicar-se aos contribuintes não está certo. Pois a Derrama só se aplica a empresas que tem lucro logo aí deveria ser aplicada a Derrama; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** em relação ao IMI lembrou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compromisso do Senhor Presidente da Câmara de colocar a percentagem máxima e quando se receber mais baixar a taxa de IMI. Mencionou que em 2011, só de IMI já se recebeu 294 mil euros e que no final do ano a Câmara irá receber quase 600 mil euros porque até Setembro só foi cobrada a primeira prestação do IMI. Referiu que no próximo ano como vai haver a obrigatoriedade de avaliação de todos os imóveis certamente alguns vão baixar o valor a pagar; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** em relação ao IMI foi referido que à medida que aumentasse a receita houvesse um aliviar da carga sobre os Municípios, isto a nível de todos os impostos municipais, não só do IMI. Salientou que a Derrama que houve em 2010 já não vai haver em 2011, que é uma diminuição da receita e que é preciso haver alguma prudência para saber com que resultados se chega ao final do ano. Mencionou que há alguns sinais pouco coerentes, pois alguns levam a uma abstenção por causa das taxas do Orçamento de Estado imposta no IC3 enquanto há sinais que pedem que se alivie os impostos municipais; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** mencionou que não faz sentido estar-se a penalizar sempre os mesmos, os Municípios e não se penalizar as empresas com a aplicação da Derrama da qual deveria se aplicar por mais pequena que fosse. Mencionou que certamente para o ano que vem as isenções terminarão, segundo a TROIKA, o que aumentarão as receitas para os Municípios; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** mencionou que estas taxas são para ser aplicadas em 2012 e não este ano; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

Referiu que não tem a informação precisa mas garantiu que neste momento a grande maioria dos imóveis do concelho são tributados com base na taxa de 0,7%, isto é, como base em valores tributários baixos e que ainda não foram avaliados. Mencionou que em aumentar alguma coisa seria sempre nesta taxa de 0,7% e não nas outras, pois quem paga 0,35% sobre valores tributários actualizados, que nalguns casos e em função daquilo que é a alteração do mercado que não estão a 80% do valor de mercado, mas nalguns casos estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos 110%, é muito mais injusto para quem está a pagar os 0,7%. Referiu que vai haver um aumento da tributação sobre imóveis sendo certo que a receita não vem para as Autarquias. Relativamente à taxa que vai ficar como definitiva a Câmara está a 20% do máximo e a generalidade dos Municípios está a tributar no máximo. Em relação à Derrama, imposto extraordinário aplicado sobre um imposto, o IRC, quando o Município a aplica deve inclusivamente afirmar o seu destino. A primeira vez que a câmara aplicou IRC foi num contexto em que se pensava distribuir o esforço por todos e foi quando a Câmara desceu a taxa do IMI que estava no máximo. Quanto ao IMI e o facto de estarmos em Setembro não se pode contar com a segunda prestação seja igual a primeira pois há muitos proprietários que fazem o seu pagamento no mês de Abril, só a partir de 500 euros é que se paga por prestações; -----

Tendo sido colocada à votação a Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), esta foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, Anabela Quintanilha e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP, 3 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo, Carlos Timóteo da CDU e Inocêncio Cruz do PS e 13 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS.-----
-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----///
Tendo sido colocada à votação a Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), esta foi aprovada por maioria com 4 votos abstenções dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, Anabela Quintanilha e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP e 16 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes, Manuel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cardoso do PS e João Filipe Ricardo, Carlos Timóteo da CDU.-----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----**////**-----

Tendo sido colocada à votação a Derrama para o ano 2012, esta foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU, 1 abstenção do Deputado Inocêncio Cruz do PS e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes, Manuel Cardoso do PS e Valter Caldeira, António Pereira, Anabela Quintanilha e Paulo Tavares do PPD/PSD.CDS-PP;-----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----**////**-----

Tendo sido colocada à votação a Fixação da participação no IRS para o ano de 2012, esta foi aprovada por maioria com 6 votos abstenções dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, Anabela Quintanilha e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP, João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU, e 14 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes, Manuel Cardoso do PS.-----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----**////**-----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou aos Senhores Deputados a prorrogação da sessão da Assembleia até à conclusão da Ordem de Trabalhos, foi aprovada por unanimidade;-----

-----**////**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto Sete – Pedido de aprovação do Regulamento Municipal de Esplanadas e Quiosques; -----

Depois de analisado e discutido este ponto foi deliberado por unanimidade enviar o respectivo regulamento à comissão de permanente da área correspondente para análise e posteriormente ser submetida à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal; -----

Neste ponto interviram os Senhores Deputados Paulo Tavares, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, Paulo Lopes e Carlos Timóteo do qual solicitaram esclarecimento e alterações; -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

- Anexo n°1 Lista de Expediente.
- Anexo n°2 Declaração política apresentada pelo Senhor Deputado António Pereira.
- Anexo n°3 Declaração Política apresentada pelos Senhor Deputado João Filipe Ricardo sobre “O lugar que nos compete”.
- Anexo n°4 Moção apresentada pelo Senhor Deputado Ricardo Honório – Portagens na A23 / IC3.
- Anexo n°5 Ofícios da Junta Freguesia da Praia do Ribatejo e CTT apresentados pelo Senhor Deputado Manuel João Silva – Posto dos Correios na Praia do Ribatejo.
- Anexo n°6 Informação Escrita.